

O Congresso Jurídico de Saúde Suplementar voltou a ser realizado após dois anos de paralização devido a pandemia global da Covid-19. Organizado pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), a décima edição do evento foi realizada de maneira híbrida pela primeira vez após nove edições e foi transmitido online e ao vivo.

O IESS foi apoiador do evento, em parceria com o Consultor Jurídico (ConJur), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Escola Nacional da Magistratura (ENM), Escola de Formação Judiciária (TJDFT), Ordem dos Advogados do Brasil – Distrito Federal (OAB/DF) e Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde).

“O objetivo do nosso encontro é debater temas jurídicos que são relevantes para o desenvolvimento do sistema de saúde suplementar. Essas discussões devem atingir tanto as operadoras quanto as pessoas que compram plano de saúde. Trata-se, sempre, de ter um equilíbrio entre esses dois lados”, ressaltou José Cechin, superintendente executivo do IESS, durante congresso em Brasília.

Durante o evento, foram discutidos temas relacionados a reajuste, rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e health techs. Para tratar destes assuntos, o Congresso Jurídico reuniu grandes nomes da área da saúde e também do setor judiciário, tais como os ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Ricardo Villas Boas Cueva e João Otávio de Noronha.

Para assistir ao congresso na íntegra, acesse o [site do IESS](#) ou nosso canal no Youtube.

Fonte: [IESS](#), em 11.04.2023.